



ESPAÇO DAS ÁGUAS

CBH PPA aprova proposta de cobrança pelo uso da água na bacia do Piancó-Piranhas-Açu



Em 11 de março, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) realizou em Pombal/PB sua 13ª Reunião Extraordinária, com foco na deliberação sobre a proposta de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia. O encontro contou com ampla participação dos representantes dos diversos segmentos que integram o colegiado, reafirmando o caráter democrático da gestão da água.

Após um debate técnico e participativo, a proposta de cobrança construída a partir do consenso entre os segmentos foi aprovada com expressiva maioria — apenas uma abstenção foi registrada. “Agora, ela será encaminhada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que analisará se os critérios estão de acordo com a legislação vigente. O Conselho poderá manter, alterar ou aprovar integralmente a proposta”, explicou o presidente do CBH PPA, Ricardo Ramalho.

Também foi estabelecido um Preço

Público Unitário de Lançamento (PPUlang) no valor de R\$ 0,27 por quilograma (kg).

A proposta tem como objetivo incentivar o uso racional da água, promover a sustentabilidade dos recursos hídricos e garantir a viabilidade de ações de preservação e recuperação ambiental na bacia.

Com a aprovação no âmbito do comitê, a expectativa agora é pelo parecer do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, instância responsável pela regulamentação final da cobrança. A medida representa um avanço importante na consolidação da política de gestão integrada da bacia do Piancó-Piranhas-Açu.

A proposta aprovada define preços diferenciados por tipo de uso da água, conforme tabela abaixo:

Finalidade de uso	Proposta (em R\$/m³)	PPUlang (em R\$/kg)
Abastecimento Público e Consumo Humano	Escalonamento de 0,01; 0,015; 0,02; 0,025 e 0,03	0,27
Indústria	0,45	
Termelétrica captação outorgado	0,45	
Termelétrica lançamento medido	0,45	
Mineração	0,45	
Agropecuária (Irrigação, Aquicultura, Criação Animal)	0,003	
Outros usos	0,035	



“CBH Piancó-Piranhas-Açu deu um passo importante em sua história”, afirma presidente Ricardo Ramalho



A 13ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), realizada no dia 11 de março em Pombal/PB, marcou um momento histórico para a gestão dos recursos hídricos da região: a aprovação da proposta de cobrança pelo uso da água bruta em trecho de domínio da União. A medida é considerada um dos mais significativos avanços desde a criação do comitê, há 16 anos.

Para o presidente do CBH PPA, Ricardo Ramalho, trata-se de um marco institucional construído com diálogo e participação. “O amadurecimento do colegiado foi fundamental para essa conquista. Construímos, de forma conjunta, uma proposta que atende a todos os segmentos e fortalece a política de recursos hídricos do comitê”, afirmou.

Ramalho destacou ainda que todo o processo foi conduzido de forma transparente, com reuniões abertas à sociedade e articulações técnicas realizadas por meio da Câmara Técnica de Planejamento Institucional (CTPI). O resultado foi uma aprovação quase unânime, com apenas uma abstenção.

Com a deliberação, o CBH PPA passa a ter maior autonomia administrativa e financeira, o que permitirá a efetivação de ações estratégicas previstas no Plano de Recursos Hídricos da bacia. A cobrança visa estimular o uso racional da água, garantir recursos para investimentos na gestão hídrica e assegurar a sustentabilidade dos mananciais.



Valores e mecanismos de cobrança ainda passarão por análise do Conselho Nacional de Recursos Hídricos



Durante a 13ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), realizada em 11 de março em Pombal/PB, os valores e os mecanismos da proposta de cobrança pelo uso da água foram debatidos com atenção técnica e estratégica. O destaque da pauta ficou por conta da fala do representante da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Humberto Medeiros, que reforçou o papel do comitê como instância central na definição da aplicação dos recursos arrecadados.

Humberto Medeiros salientou que a ANA tem sido parceira do CBH PPA ao longo dos últimos 15 anos, com investimentos superiores a R\$ 7,5 milhões em suporte técnico e institucional. Recentemente, foram destinados mais R\$ 8 milhões para a contratação de uma empresa especializada no monitoramento da qualidade e quantidade da água na bacia. “A decisão sobre a cobrança e a forma como esses recursos serão aplicados está nas mãos do comitê”, afirmou.

A sustentabilidade da operação

de sistemas essenciais, como o das comportas de Curemas-Mãe D’Água, também foi apontada como uma das justificativas centrais para a adoção da cobrança. De acordo com plano revisado em 2023, estima-se que serão necessários cerca de R\$ 117 milhões em investimentos nos próximos anos para assegurar a sustentabilidade hídrica e econômica da região.

Humberto explicou que, antes de entrar em vigor, os valores e mecanismos propostos precisam ser avaliados por instâncias superiores, em especial pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Ele destacou que os recursos arrecadados não ficam sob gestão da ANA, mas sim de uma entidade executora contratada, que aplicará os valores conforme o plano de trabalho aprovado pelo comitê.

Finalizando sua participação, o representante da ANA reforçou a autonomia do CBH PPA no processo: “O comando está com vocês, e a ANA continuará apoiando para que a gestão da bacia seja eficiente e transparente.”





“A cobrança pelo uso da água não é uma escolha, é um cumprimento legal”, destaca Carlos Nobre durante reunião do CBH Piancó-Piranhas-Açu



A 13ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), realizada no dia 11 de março em Pombal/PB, contou com a participação do secretário-adjunto de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, Carlos Nobre, que defendeu a cobrança pelo uso da água como uma obrigação legal e instrumento essencial para a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Representando o governo potiguar, Nobre ressaltou que a cobrança está prevista na Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e não deve ser vista como uma medida facultativa. “A cobrança pelo uso da água não é uma escolha, é um cumprimento legal. É um dever institucional que fortalece a governança e a sustentabilidade da gestão

hídrica”, afirmou.

O secretário-adjunto também destacou a experiência recente do Rio Grande do Norte, que iniciou a implementação da cobrança em 2024, e defendeu a importância de um processo articulado entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que compartilham as águas da bacia do Piancó-Piranhas-Açu.

Nobre enalteceu o papel do CBH PPA como espaço legítimo de participação social e técnica nas decisões sobre os recursos hídricos. Ele também sublinhou a relevância da cooperação entre os entes federativos e o apoio contínuo da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para garantir a efetividade das ações de gestão.

Outro ponto de destaque foi a chegada das águas da transposição do Rio São Francisco à bacia, fato que, segundo ele, impõe novos desafios e exige maior capacidade de gestão. “Precisamos fortalecer a governança hídrica para assegurar que essas águas cumpram seu papel social e econômico sem comprometer o equilíbrio ambiental”, enfatizou.

A fala de Carlos Nobre reforçou o compromisso institucional com a implementação de uma gestão integrada, eficiente e transparente dos recursos hídricos, assegurando o abastecimento e o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas pela bacia do Piancó-Piranhas-Açu.



“A cobrança não é um instrumento de punição, é um instrumento de gestão”, afirma Porfírio Loureiro em reunião do CBH Piancó-Piranhas-Açu



Durante a 13ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), realizada em 11 de março em Pombal/PB, o diretor-presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESA), Porfírio Loureiro, reforçou a importância da cobrança pelo uso da água como instrumento técnico de gestão, e não como uma medida punitiva.

Em sua fala, Loureiro compartilhou a experiência da Paraíba, que desde 2015 implementa a cobrança na bacia. Nesse período, o estado arrecadou aproximadamente R\$ 32,9 milhões, que foram utilizados para fomentar ações estruturantes no setor hídrico. Além disso, destacou que os investimentos totais em infraestrutura hídrica no estado ultrapassaram R\$ 3,2 bilhões, incluindo

obras de recuperação de barragens e construção de adutoras.

“A cobrança é essencial para viabilizar a gestão dos recursos hídricos, mas ela, sozinha, não resolve todos os problemas. É preciso que o poder público esteja presente e comprometido com a execução das ações planejadas”, afirmou.

O dirigente também explicou que o modelo de cobrança adotado na Paraíba tem permitido a revisão de outorgas e a modernização dos sistemas, criando novas oportunidades de desenvolvimento para os usuários da água. Segundo ele, a cobrança bem aplicada fortalece o ciclo de planejamento, monitoramento e reinvestimento, contribuindo diretamente para a sustentabilidade da bacia.

Porfírio também alertou que, com a chegada das águas da transposição

do Rio São Francisco, será ainda mais necessário garantir mecanismos de gestão eficazes, que incluam a cobrança como ferramenta para acompanhar o uso dos recursos e assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda hídrica. Para ele, o futuro da segurança hídrica da região dependerá da capacidade dos comitês e dos governos em aplicar os recursos com inteligência e responsabilidade.

Porfírio Loureiro defendeu a continuidade da cobrança com responsabilidade e transparência, apontando que o retorno efetivo dos investimentos para os usuários e para a sociedade é o que consolida o instrumento como peça-chave de uma política hídrica eficiente e duradoura



Gestão democrática da água é destacada durante reunião do CBH Piancó-Piranhas-Açu



A 13ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), realizada no dia 11 de março, em Pombal/PB, teve como pauta central a deliberação sobre a proposta de cobrança pelo uso da água bruta. Durante o encontro, o diretor-presidente do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN), Procópio Lucena, destacou o papel fundamental do comitê na construção de uma governança hídrica democrática e participativa.

Lucena ressaltou que o CBH PPA representa um espaço legítimo para o diálogo entre diferentes setores da

sociedade, incluindo representantes do poder público, usuários de água e organizações civis. “A atuação integrada e o fortalecimento institucional do comitê são essenciais para assegurar o uso racional dos recursos hídricos e promover o desenvolvimento sustentável da bacia”, afirmou.

Segundo o dirigente, a implementação da cobrança é um passo estratégico e necessário dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevista na Lei nº 9.433/1997. Ele lembrou que o instrumento não se limita à arrecadação, mas serve principalmente para fomentar

ações que ampliem a segurança hídrica e a preservação dos mananciais.

A reunião reforçou ainda a importância da autonomia do comitê nas decisões sobre a gestão da água e evidenciou o compromisso de seus membros com a transparência, a responsabilidade técnica e o envolvimento social. A expectativa, agora, é de que a proposta aprovada pelo CBH PPA avance para análise do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, fortalecendo ainda mais a atuação integrada entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.



Barragem de Oitica é inaugurada e reforça segurança hídrica no Seridó potiguar



No dia 19 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou oficialmente a Barragem de Oitica, em Jucurutu (RN), uma das principais obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco que fortalece a segurança hídrica no Seridó potiguar. O reservatório integra o Complexo Hidrossocial Oitica e beneficia diretamente 22 municípios, atendendo cerca de 294 mil pessoas.

Iniciada em 2013, a obra recebeu R\$ 765 milhões em investimentos federais, incluindo R\$ 163,1 milhões na atual gestão via Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A barragem tem capacidade para armazenar 742 milhões de metros cúbicos, tornando-se uma das maiores do estado, e amplia a oferta de água para consumo humano, irrigação e atividades econômicas locais. Durante a cerimônia, o

presidente Lula destacou a importância da transposição do Rio São Francisco e o impacto social da obra para o semiárido.

O diretor-presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESA), Porfirio Catão Cartaxo Loureiro, afirmou que a barragem representa um suporte fundamental para o homem do campo, promovendo emprego, renda e a permanência das famílias na zona rural. Já o superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Marco José Melo Neves, ressaltou que “cada obra aumenta a segurança hídrica” e destacou a importância do uso racional da água para garantir eficiência e minimizar perdas.

Ricardo Ramalho, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), classificou a

barragem como um divisor de águas para a gestão hídrica regional, que permitirá eliminar riscos históricos de falta de água para consumo e desenvolvimento. Ele também enfatizou a importância da gestão unificada dos recursos entre Rio Grande do Norte e Paraíba para assegurar o desenvolvimento sustentável da bacia.

Na mesma cerimônia, foi autorizada a contratação da Aduutora do Agreste Potiguar, com investimento de R\$ 448,46 milhões e previsão de cinco anos para conclusão. A obra atenderá 38 municípios, com captação no Rio Guajú e mais de 170 quilômetros de rede, reforçando a infraestrutura hídrica do estado para enfrentar os efeitos das estiagens prolongadas e promover o desenvolvimento econômico e qualidade de vida.





Audiência Pública debate situação crítica do Açude Sabugi e avanços do Projeto Seridó em São João do Sabugi



No dia 14 de maio, a Câmara Municipal de São João do Sabugi sediou uma audiência pública para discutir a gestão das águas do Açude Santo Antônio, conhecido como Açude Sabugi, e apresentar os avanços do Projeto Seridó, que visa garantir segurança hídrica à região por meio das adutoras dos eixos Norte e Sul.

A audiência foi proposta pelo vereador Carlos Eduardo Florêncio de Medeiros Fernandes, atendendo à preocupação da população local com o estado crítico do reservatório, que opera com apenas 5,7% de sua capacidade, o equivalente a cerca de 3,5 milhões de metros cúbicos. “Essa audiência foi provocada por um requerimento apresentado no ano passado. O açude está em estado preocupante e, se nada for feito, pode entrar em volume morto até janeiro do próximo ano”, alertou o parlamentar.

Participaram do debate representantes de órgãos federais e estaduais: Edgar Machado (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA), Paulo Lopes Varella Neto (Secretário de Estado do

Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH), José Procópio de Lucena (Diretor-Presidente do IGARN), Adelson Sebastião dos Santos (Gerente Regional da CAERN) e Ricardo Ramalho (Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU). Estiveram presentes ainda vereadores, estudantes, agricultores e moradores da região.

Durante a audiência, o secretário Paulo Varella destacou a importância da gestão participativa da água, conforme prevê a Lei das Águas. Ele apresentou detalhes do Projeto Seridó, dividido em dois eixos: o Norte, já incluído no PAC, com obras em andamento; e o Sul, que ainda aguarda licitação. A proposta prevê um ramal de adutora para abastecer São João do Sabugi com águas provenientes da barragem de Oiticica, dado que o Açude Carnaúba não tem sustentabilidade hídrica suficiente.

José Procópio, do IGARN, reforçou a necessidade de diálogo com toda a bacia hidrográfica do Sabugi e defendeu a gestão compartilhada das

águas, priorizando o consumo humano em tempos de escassez. “A partir de hoje, a comporta do Açude Sabugi será fechada, e vamos iniciar um planejamento conjunto com o município, ANA, SEMARH e a comunidade local para uso racional dos recursos hídricos restantes”, disse.

Ricardo Ramalho parabenizou a Câmara de Vereadores de São João do Sabugi pela iniciativa e reforçou a importância do envolvimento institucional. “Num momento tão crítico como este, com um desafio tão evidente, o papel do poder público é essencial. Quando se trata de água, a gestão precisa ser feita com seriedade e participação. Infelizmente, as chuvas não vieram como esperávamos, e temos que lidar com uma situação muito difícil, típica do semiárido nordestino”, declarou.

O encontro reforçou a urgência de ações técnicas e políticas para garantir o abastecimento sustentável de São João do Sabugi e demais municípios da região, cobrando celeridade na execução das etapas pendentes do Projeto Seridó.



Seridó: Governadora do RN celebra entrega da obra de recuperação da Barragem Passagem das Traíras



Uma equipe da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) iniciou no dia 13 de maio uma série de visitas técnicas à Bacia Hidrográfica do Rio PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU. A ação conta com o apoio de representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu (CBH PPA), da Caern, do Igarn e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh).

As atividades tiveram início com uma visita ao leito do Rio Piranhas, na divisa entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, passando por pontos estratégicos como a Barragem de Oiticica. A agenda seguiu até a quinta-feira (15), com encerramento previsto em uma reunião técnica na cidade de Natal.

Segundo Ricardo Ramalho, presidente do CBH PPA, o objetivo das visitas é reunir subsídios técnicos e locais

para atualizar o marco regulatório do Sistema Hídrico Armando Ribeiro-Mendubim, originalmente aprovado em 2019. “Estamos revisando as regras de gestão hídrica à luz de novos elementos, como a conclusão da barragem de Oiticica, que ainda estava em obras na época da aprovação do marco anterior”, destacou.

Bruno Collischonn, engenheiro e coordenador de regulação de usos em sistemas hídricos locais da ANA, explicou que a revisão é necessária para adequar as regras à nova realidade de infraestrutura e garantir o equilíbrio entre oferta e demanda. “A barragem representa um novo patamar na disponibilidade hídrica do Vale do Açu, e precisamos ajustar os quantitativos e critérios de uso da água com base nessa nova estrutura”, afirmou.

O processo inclui visitas a outras

estruturas, como o Açude Armando Ribeiro Gonçalves, e se estende até a foz do rio Piranhas-Açu. Além dos aspectos técnicos, a ANA está ouvindo moradores, agricultores e representantes locais para garantir que a nova regulamentação esteja em sintonia com a realidade da população e os desafios econômicos da região.

Bruno também destacou a importância da manutenção e operação adequada das obras hídricas: “Nosso desafio é garantir que essa estrutura funcione por décadas, com sustentabilidade, planejamento e envolvimento da sociedade”.

A atualização do marco regulatório deve resultar em novas regras para o uso da água na bacia, impactando positivamente a segurança hídrica de milhares de pessoas nos dois estados.





IGARN investiga morte de peixes no Açude Boqueirão de Parelhas/RN e aguarda resultado de análises laboratoriais

No início de maio, o Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte (IGARN) realizou uma inspeção técnica no Açude Boqueirão, em Parelhas, após o registro de mortandade de peixes no reservatório. A visita ocorreu no dia 7 e incluiu a coleta de amostras de água para avaliação da qualidade, como parte das ações de monitoramento ambiental do instituto.

Durante a inspeção, os técnicos utilizaram uma sonda multiparamétrica para medir parâmetros essenciais como temperatura, oxigênio dissolvido e pH da água. Esses dados foram analisados com base nos limites estabelecidos pela

Resolução CONAMA nº 357/2005, que define os padrões de qualidade para corpos d'água segundo seus usos.

As amostras coletadas foram encaminhadas a um laboratório credenciado, onde estão sendo submetidas a análises físico-químicas e biológicas mais detalhadas. O IGARN comparou os dados obtidos com os da última campanha do Programa QUALIÁGUA, realizada em março deste ano, e não identificou alterações fora dos padrões permitidos até o momento.

Apesar disso, a causa da morte dos peixes ainda não foi determinada.

O órgão destaca que apenas com os resultados laboratoriais será possível obter um diagnóstico conclusivo sobre o evento ocorrido no açude, descartando ou confirmando hipóteses como contaminação ou variações ambientais abruptas.

O IGARN reafirma seu compromisso com a transparência e com a gestão responsável dos recursos hídricos, mantendo o acompanhamento do caso e reforçando que a segurança da população e do ecossistema local é prioridade. Novas atualizações serão divulgadas assim que os resultados finais forem disponibilizados.

Capacitação em mediação de conflitos pelo uso da água reúne 50 participantes em São José de Piranhas



No último dia 11 de abril, cerca de 50 pessoas participaram de um curso de capacitação sobre mediação de conflitos relacionados ao uso da água, realizado no Auditório do Centro de Treinamento do STTR, em São José de Piranhas, Paraíba. A atividade foi voltada à Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu e reuniu membros do comitê da bacia, representantes da sociedade civil e irrigantes locais.

O curso abordou temas como a Política Nacional de Recursos Hídricos, o funcionamento dos comitês de bacia e estratégias para resolução de disputas envolvendo o uso da água. A capacitação foi promovida pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do

Seridó (ADESE), em parceria com instituições locais, com o objetivo de fortalecer a gestão participativa e sustentável dos recursos hídricos.

As aulas foram ministradas pelos professores Paulo Abrantes Oliveira (UFCEG/Sousa), Annyse Esequiel Lucena e Francisco César Martins de Oliveira, que destacaram a importância do diálogo como ferramenta de construção de consensos. “A troca de experiências entre os diversos atores foi fundamental. Saímos daqui com o sentimento de que a mediação é possível e necessária para garantir o uso justo e sustentável da água na bacia”, avaliou o professor Paulo Abrantes.

Os participantes compartilharam experiências vividas na região e debateram formas de prevenir conflitos, especialmente em contextos de escassez hídrica. Foram apresentados também casos reais de mediação ocorridos em outros territórios do semiárido, fortalecendo o aprendizado prático dos envolvidos.

A capacitação integra um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento institucional da Bacia do Piancó-Piranhas-Açu, considerada estratégica para o abastecimento humano, a agricultura e a convivência com o semiárido. A expectativa é de que novas edições do curso ocorram em outros municípios da bacia, ampliando o alcance da iniciativa.



DNOCS anuncia recuperação do Açude Itans e revitalização de reservatórios no Seridó potiguar



Durante evento alusivo ao Dia Mundial da Água, realizado no dia 20 de março, o diretor de infraestrutura hídrica do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Luiz Hernandes, anunciou planos de revitalização do Açude Itans, em Caicó/RN, além de ações para recuperação de outros reservatórios no Seridó potiguar.

Segundo Hernandes (foto) o DNOCS já concluiu o plano de ação emergencial para o Itans, e a obra de recuperação da parede do açude deve ser iniciada até o final de abril de 2025. Um dos focos principais será a adequação da estrutura para suportar o tráfego de veículos pesados, hoje um dos fatores que contribuem para o desgaste da barragem. Está prevista a construção de um desvio para o tráfego, como medida de preservação da estrutura.

Projetado na década de 1930, o Açude Itans não foi concebido para receber o volume e peso dos veículos atuais. A intervenção exigirá uma ação coordenada entre os governos federal e estadual, além de órgãos de trânsito e infraestrutura. O investimento inicial de R\$ 100 mil será destinado ao estudo e planejamento do projeto, cuja execução deverá durar de oito a doze meses.

O secretário estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Paulo Varela, destacou que a revitalização do Itans está entre os temas discutidos no contexto

do Dia Mundial da Água. “O evento busca estimular reflexões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos, com ações como visitas técnicas, plantio de mudas e rodas de conversa”, afirmou. Ele também ressaltou os desafios trazidos pelas mudanças climáticas e a importância de avaliar o impacto das intervenções no reservatório. “O açude, que já foi fundamental para o abastecimento de Caicó e para a irrigação, hoje tem papel reduzido, mas sua revitalização ainda é uma demanda da comunidade”, pontuou.

Durante as atividades da Semana da Água em Caicó, o professor do IFRN e idealizador do projeto SOS Itans, Carlos Eugênio, também reforçou a relevância da revitalização do açude para o desenvolvimento da cidade e da região. Segundo ele, a iniciativa se alinha perfeitamente com os debates sobre a preservação dos recursos hídricos, especialmente em uma região semiárida como o Seridó. Carlos destacou que um dos eixos do projeto SOS Itans é a transposição de águas da Barragem Traíras para o reservatório, o que poderia ser integrado ao Projeto Seridó. Ele informou que, apesar de pequenos atrasos, as atividades do projeto serão retomadas com os cinco grupos de trabalho já formados, com o objetivo de garantir sustentabilidade hídrica e benefícios

sociais e econômicos para a população.

O diretor-presidente do IGARN, Procópio Lucena, também participou do evento e destacou a importância de proteger as águas potiguares e preservar os açudes do estado, com ênfase no Açude Itans, que completa 90 anos em 2025. “O Itans é um símbolo da luta pela preservação da água no Seridó. Está com apenas 0,64% de sua capacidade e sem sangrar há 16 anos. Precisamos unir esforços da sociedade e dos governos para salvar esse patrimônio”, afirmou. Ele também alertou para o risco estrutural da barragem, que recebe diariamente cerca de 480 veículos sobre sua parede, reforçando a necessidade de medidas urgentes para evitar um colapso.

Além do Itans, o DNOCS monitora outros reservatórios da região e incluiu 20 açudes no programa Novo Parque para recuperação no estado. A expectativa é que as obras nos demais reservatórios também tenham início em 2025, ampliando a capacidade de armazenamento e garantindo segurança hídrica para o Seridó.

Com essas ações, o DNOCS e os órgãos parceiros buscam não apenas preservar estruturas históricas de armazenamento, mas também fortalecer a resiliência hídrica diante dos efeitos das mudanças climáticas e da escassez de água no semiárido nordestino.



Governo do RN defende soluções inovadoras para enfrentar mudanças climáticas



O Governo do Rio Grande do Norte realizou, no dia 26 de março, a abertura da 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente, sediada no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), em Natal. O evento é preparatório para a etapa nacional, que acontecerá em maio, em Brasília, e tem como tema central a emergência climática e os desafios da transformação ecológica. A conferência reuniu representantes do poder público, sociedade civil, setor produtivo e povos tradicionais.

Durante a abertura, a governadora Fátima Bezerra destacou a importância do engajamento coletivo diante da crise climática. Segundo ela, é fundamental construir soluções sustentáveis com ampla participação social. Fátima reforçou o compromisso da gestão estadual com uma economia de baixo carbono, lembrando que o RN é líder nacional na geração de energia eólica e aposta em novas tecnologias como a eólica offshore e o hidrogênio verde.

A secretária nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente, Edel Moraes, elogiou o engajamento do estado e lembrou que o RN abriga 15 povos e comunidades

tradicionais, cuja diversidade cultural e territorial deve ser considerada nas políticas ambientais. Ela destacou que a conferência é um espaço democrático e essencial para a escuta dessas populações.

Entre os principais anúncios do evento estão a criação da Escola de Formação Ambiental do RN (EFAM), que atuará na capacitação de profissionais e desenvolvimento de pesquisas, e a assinatura do contrato para o primeiro concurso público do Idema, com oferta de 180 vagas para cargos de nível superior. As medidas visam reforçar a estrutura técnica e operacional do órgão ambiental do estado.

Foi também anunciada a implantação do novo sistema SIGA, que substituirá o GAIA no licenciamento ambiental. A plataforma digital promete desburocratizar processos e permitir um acompanhamento mais ágil por parte de empreendedores e consultores. A modernização tecnológica é uma das frentes para tornar a gestão ambiental mais eficiente.

Além disso, o governo estadual irá instituir dois novos comitês: o Comitê Estadual de Governança Ambiental e

o Comitê Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Essas instâncias têm como objetivo ampliar o diálogo, a transparência e a inclusão nas decisões sobre meio ambiente e sustentabilidade.

O evento contou com falas de autoridades como o prefeito de Portalegre e vice-presidente da Femurn, José Augusto de Freitas Rego, que defendeu mais articulação e apoio aos municípios para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. O diretor-geral do Idema, Werner Farkatt, destacou que a emergência climática exige políticas públicas firmes, participação social e conhecimento técnico.

A conferência reuniu ainda procuradores, parlamentares, secretários de Estado, pesquisadores, estudantes, quilombolas, representantes da Fecomércio, CAERN, Defesa Civil e instituições federais. A abertura foi marcada pela apresentação cultural do Grupo de Dança do Quilombo do Acauã, do município de Poço Branco, simbolizando a valorização das raízes culturais na luta ambiental.



Comitê da Bacia Piancó-Piranhas-Açu encerra série de reuniões públicas sobre cobrança pelo uso da água



O 2º Fórum Brasil das Águas foi aberto na noite de 5 de maio no Teatro Pedra do Reino, em João Pessoa (PB), reunindo especialistas, autoridades e representantes da sociedade para debater a segurança hídrica no Brasil. A diretora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Ana Carolina Argolo, destacou os riscos para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) devido aos cortes no orçamento da agência, que caiu 35% entre 2020 e 2025, reduzindo a capacidade de investimento e fiscalização.

Ana Carolina Argolo fez um apelo para que todos os envolvidos no setor público e privado se mobilizem para garantir a sustentabilidade econômica e financeira do sistema de recursos hídricos, ressaltando que o sucesso depende da união e da participação coletiva durante e após o fórum. Ela afirmou que o momento é delicado, mas manteve uma mensagem de esperança para o futuro do setor.

O presidente da Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), Lupércio Ziroldo, reforçou

a importância da sustentabilidade orçamentária para a execução das políticas públicas em estados, municípios e na esfera federal. Segundo ele, é necessário garantir recursos para transformar estudos e planos em ações efetivas, promovendo maior segurança hídrica para a população.

Já o presidente do Conselho Latino-Americano da Água, Benedito Braga, relacionou o fortalecimento do setor de recursos hídricos com os desafios das mudanças climáticas. Ele citou os impactos visíveis em diferentes regiões do país, como secas e inundações, e defendeu que o fórum seja um espaço de união para consolidar estratégias que garantam a segurança hídrica nacional.

O secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, Paulo Varella, destacou a incoerência dos cortes orçamentários em um momento crítico de transição climática e enfatizou a importância do Pacto pela Governança das Águas, firmado entre estados e a União, como ferramenta para avançar na gestão dos recursos hídricos.

O governador da Paraíba, João Azevêdo, ressaltou a parceria entre seu estado e a ANA, que foi fundamental para fortalecer a Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESA). Ele destacou a implementação de diversos programas e projetos que permitiram à AESA ampliar suas ações e serviços ao longo dos anos.

O fórum também foi palco do anúncio da sede do 3º Fórum Brasil das Águas, que ocorrerá em maio de 2026 em São Luís (MA), fortalecendo a continuidade do debate e das ações voltadas à sustentabilidade hídrica no país.

A segunda edição do evento, organizada pela Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas, com apoio institucional da ANA, tem como tema “Água: Responsabilidade de Todos” e busca ampliar o diálogo sobre políticas públicas, inovação tecnológica e práticas sustentáveis, fortalecendo a cooperação entre os setores público e privado para garantir a segurança hídrica em um contexto marcado por crises e mudanças climáticas.



GALERIA DE IMAGENS

Realização da 13ª Reunião Extraordinária do CBH Piancó-Piranhas-Açu em Pombal-PB



Informativo do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu - Escritório de Apoio

Praça Dom José Delgado, 51 - A, 1º Andar -
Paraíba, Caicó/RN (no prédio da Rádio Rural)

Fone: (84) 3417-2948 - (84)9.8896-1840
(84)9.8896-1839

Diretoria

Presidente: Ricardo Ramalho Lins
Vice-Presidente: Frederico Wilians Romano
1º Secretário: Ezequias Florêncio da Silva
2º Secretário: Hermano Oliveira Rolim

Direção de Jornalismo e Produção

Jornalista responsável

Marcos Dantas